Jornal Engenheiro
SENGE-PR
Jornal do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná
Ano 21. Número 109. Janeiro e Fevereiro de 2012
www.senge-pr.org.br senge-pr@senge-pr.org.br facebook.com/sengepr twitter.com/senge-pr

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
...CORREIOS...
Impresso Especial
9912232533-DR/PR
SENGE-PR
...CORREIOS...
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL
EM ___/___/___
MUDOU-SE RECUSADO AUSENTE
NÃO EXISTE Nº IND. DESCONHECIDO
END. INSUFICIENTE FALECIDO
OUTROS: _____
Pode ser aberto pelos Correios

Setor Elétrico

Pela renovação das concessões

Confira a opinião de lideranças da sociedade civil e especialistas sobre o futuro do setor elétrico do País com o término do prazo das concessões atuais Páginas 5 a 9

Investimento público no Paraná ainda é baixo

Economista do Dieese, subseção Senge-PR, analisa os gastos do Paraná em investimento público Páginas 10 e 11

Governo Richa foge do diálogo e terceiriza o estado

Projeto de Lei aprovado às pressas pela Alep autoriza o governo a terceirizar serviços públicos Páginas 14 e 15

Editorial

Lutas conjuntas

Ulisses Kaniak

Os sindicatos exercem papel fundamental na sociedade civil sendo o maior instrumento de resistência e conquista dos direitos profissionais dos trabalhadores brasileiros. No entanto, para ser forte e atuante deve contar com o apoio da categoria que representa e manter afinidades e lutas conjuntas com as demais entidades que defendam os profissionais de sua base. Esse alinhamento garante mais solidez e força nas lutas em defesa dos profissionais representados pelo Senge-PR.

Por isso, ficamos muito satisfeitos com a vitória obtida nas urnas pelo nosso diretor e engenheiro civil, Joel Krüger, à presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR). Por conhecer profundamente sua trajetória, a direção da Sede e das Regionais do Senge-PR apoiou com convicção sua candidatura, tendo a certeza que ele dará continuidade ao excelente trabalho desenvolvido nos últimos seis anos pelo engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini. Para nossa consternação, e de muitos os profissionais que lutam pela modernização do sistema Confea, Cabrini não conseguiu ser eleito para a presidência do Conselho Federal. Por outro lado, temos a celebrar a vitória do engenheiro civil Francisco Ladaga, agora conselheiro federal em sua modalidade, além do técnico industrial Waldir Rosa, novo Diretor Geral da Mútua.

Parabenizamos os profissionais eleitos e temos a convicção que estaremos juntos em muitas lutas, como a valorização de nossa profissão e dos profissionais de engenharia, na modernização do marco regulatório do Salário Mínimo Profissional e na fiscalização e cobrança de políticas públicas voltadas aos interesses da sociedade.

Setor elétrico

Nesta primeira edição do ano de O Engenheiro, abordamos uma importante questão, que não pode ser discutida de maneira rasteira pela sociedade brasileira: as concessões do setor elétrico que vencerão em 2015. O Senge-PR, ao lado da Fisenge e de diversas entidades, defende a renovação imediata de todas as concessões do setor elétrico no país. No último dia 8 de dezembro, participei em Florianópolis ao lado dos engenheiros eletricistas e diretores do Senge-PR, Antonio Cezar Quevedo Goulart e Clodomiro Enésimo da Silva e de diversas lideranças no lançamento da campanha Todos Pela Energia, em prol da renovação das concessões públicas e prorrogação dos contratos atuais, além da diminuição das tarifas.

Para colocar um pouco mais de luz sobre esse processo, o Senge-PR entrevistou diversas lideranças presentes no ato. Todos são unânimes em afirmar que um novo processo de licitação resultaria em paralisação de investimentos no setor e num iminente sucateamento do setor. Ao contrário do apregoado por entidades como a Fiesp, a não renovação das concessões trará preços mais altos, queda na qualidade de serviços e, o que é pior, desemprego para muitos profissionais. Pois foi isso o que aconteceu com o setor devido as privatizações da década de 90.

Terceirização no Paraná

No final de 2011, a Assembleia Legislativa do Paraná, aprovou a toque de caixa, o Projeto de Lei 915, que terceiriza serviços públicos nas áreas de saúde e cultura. Mesmo com a pressão de diversos sindicatos e protestos de manifestantes que chegaram a ocupar o plenário da Casa, os deputados governistas ignoraram os pedidos da população e se renderam à pressão do governador Carlos Alberto Richa que, mesmo com a derrota na tentativa da implantação da Agepar, vem consolidando a imagem de um governo comprometido com a entrega do patrimônio público e que ignora cada vez mais as manifestações da sociedade.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO PARANÁ **SENGE-PR**

Filiado à fisenge Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Diretor-Presidente
Ulisses KANIAK
Vice-Presidente
Carlos Roberto BITTENCOURT
Diretor-Secretário
Marcos Valério de Freitas ANDERSEN
Diretor-Secretário Adjunto
CLODOMIRO Onésimo da Silva
Diretor Financeiro
Valter FANINI
Diretor Financeiro Adjunto
Jorge Irineu DEMÉTRIO

Diretores
ADRIANO Luiz Ceni Riesemberg, ÂNGELA Doubek, Antonio Cezar Quevedo GOULART, CÍCERO Martins Júnior, ELÓI Rufato Júnior, ERASMO Féliz Benvenutti Filho, FLÁVIUS Striker Trigueiros, GERALDO Rocha de Barros (*In memorian*), JOÃO GUILHERME Iansen Baptista, Joel KRUGER, JOSÉ RICARDO Vargas de Faria, LEANDRO José Grassmann, Luiz Antônio CALDANI, MÁRCIO da Silva, MARY Stela Bischot, SANDRA Cristina Lins dos Santos, Valter BIANCHINI, WAGNER Deconto

Sede Rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar. Centro Comercial Itália (CCI). CEP 80010-912
Tel./fax: (41) 3224 7536. **senge-pr@senge-pr.org.br**

Diretores Regionais
Manoel Genildo PEQUENO (Campo Mourão)
HARRY Fockink (Cascavel)
José Quirilos ASSIS Neto (Foz do Iguaçu)
ITAMIR Montemezzo (Francisco Beltrão)
WILSON Sachetin Marçal (Londrina)
SAMIR Jorge (Maringá)
RUDMAR Luiz Pereira dos Santos (Pato Branco)

Campo Mourão Avenida Capitão Índio Bandeira, 1400, sala 607, Centro, 87300-000. Tel./fax: (44) 3523 7386.
campomourao@senge-pr.org.br

Cascavel Rua Paraná, 3056, sala 703, Centro, 85801-000. Tel./fax: (45) 3223 5325.
cascavel@senge-pr.org.br

Foz do Iguaçu Rua Almirante Barroso, 1293, loja 9, Centro, 85851-010 Tel./fax: (45) 3574 1738.
fozdoiguacu@senge-pr.org.br

Francisco Beltrão Rua Fernando de Noronha, 15 Bairro Nossa Senhora Aparecida Cep 85.601-820 . Tel./fax: (46) 3523 1531.
franciscobeltrao@senge-pr.org.br

Londrina Rua Senador Souza Naves, 282, sala 1001, Centro, 86010-170. Tel./fax: (43) 3324 4736.
londrina@senge-pr.org.br

Maringá Travessa Guilherme de Almeida, 36, cj.1304, Centro, 87013-150. Tel./fax: (44) 3227 5150.
maringa@senge-pr.org.br

Pato Branco Av. Tupi, 2715, Galeria Itacolomy, sala 7. Centro, 85505-000. Tel./fax: (46) 3025 3234.
patobranco@senge-pr.org.br

Jornal Engenheiro SENGE-PR
Jornal do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná
Ano 21, Número 109, Janeiro e Fevereiro de 2012

Publicação bimestral do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

Editor responsável Felipe A. Pasqualini (Reg. Prof. 3.804 PR)

Ilustrações e diagramação Alexsandro Teixeira Ribeiro

Fale conosco comunica@senge-pr.org.br

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores.
O Senge-PR permite a reprodução do conteúdo deste jornal, desde que a fonte seja citada.

Fotolitos/impressão Reproset **Tiragem** 15 mil exemplares

Todos pela Energia

Senge-PR na luta pela renovação das concessões das empresas do setor elétrico

Considerado o maior evento de debate sobre a renovação das concessões do setor elétrico, o movimento **Todos pela Energia** reuniu mais de mil pessoas em Florianópolis, em dezembro de 2011, deixando clara a mensagem de que a energia deve ser tratada como um bem público e estratégico para a nação

Mais de mil cidadãos estiveram presentes no que se caracterizou como o maior evento de debate sobre a renovação das concessões das empresas do setor elétrico em 2011. O movimento Todos pela Energia teve o objetivo de municiar os participantes com informações sobre o tema. A mensagem que ficou foi: a energia deve ser tratada como um bem público e estratégico para a nação.

Na abertura do evento, realizado no dia 8 de dezembro, em Florianópolis, o presidente da Eletrosul, Eurides Mescolotto, posicionou-se a favor da renovação da concessão e afirmou que "sem as empresas estatais não há planejamento, estudos de pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico". O presidente da Celesc, Antonio Gavazzoni, seguiu na mesma linha. Vestindo a camisa – literalmente – em defesa da renovação das concessões, assumiu o compromisso e confirmou a necessidade de "fazer um contraponto para ganhar peso no Congresso Nacional".

O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antônio de Moraes, afirmou que é preciso se distanciar do discurso neoliberal dos anos 90, justamente porque a crise atual é resultado da desregulamentação e da ausência do Estado.

Todos os presentes destacaram a importância de um movimento popular e mobilizador que se proponha a defender a energia como um bem público, em manter as empresas estatais e os serviços públicos de qualidade.

Franklin Moreira, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), enfatizou que o movimento Todos pela Energia busca, além da renovação da concessão, a redução das tarifas de energia elétrica. Essa noção é importante, já que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) lançou uma campanha a favor das licitações.

O economista do Dieese, Daniel Passos, apresentou uma análise criteriosa sobre a possibilidade da redução da tarifa, como é prometido pela FIESP. Após um longo raciocínio, demonstrou-se que a redução tarifária por meio do leilão das empresas e dos bens estatais é uma falácia.

Um dos pontos fundamentais do debate foi à desmistificação dos argumentos divulgados pela FIESP demonstrando a fragilidade e a falta de conhecimento sobre o setor por parte da entidade.

Presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, na mesa de debate do evento de lançamento Todos pela Energia

Setor elétrico

Controle do setor deve ser feito com participação popular

O diretor do Senge-PR e engenheiro eletricista, **Antonio Cezar Quevedo Goulart**, rememora o processo de privatização do setor elétrico - que originou tarífas exorbitantes, apagões, terceirizações e falência da engenharia - e delineia pontos necessários para um modelo de gestão do setor elétrico compatível com as necessidades brasileiras

A fase do capitalismo que tem como princípio a diminuição da participação do Estado, conhecida como política neoliberal, foi inaugurada no início dos anos 80, por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, nos países centrais do capital. A eleição de Fernando Collor, em 1990, insere o Brasil neste modelo, mas é no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que efetivamente as políticas neoliberais são implementadas, tendo como eixo central as privatizações de setores estratégicos do país. Em 1997, entra em vigência o novo marco regulatório do setor elétrico, que determinou a segmentação das empresas de energia elétrica em empresas distintas de transmissão, de geração e de distribuição. Surgem então órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Mercado Atacadista de Energia (MAE), entre outros.

O novo modelo formado a partir das privatizações, transformou a energia elétrica, um serviço público essencial, em uma mercadoria, um grande negócio e, em que pese o baixo custo de produção, a partir da hidreletricidade, um dos mais baratos do mundo, teve como consequência a terceira tarifa mais cara, acima inclusive dos países que produzem energia elétrica a partir do petróleo. Vivemos a lógica da maximização do lucro, acima dos interesses do povo.

O modelo previa a privatização total do setor, mas os fracassos no decorrer do caminho, como as tarifas altas, a baixa qualidade das empresas privadas, a falta de planejamento e os "apagões", teve como consequências a derrota eleitoral dos governos privatistas. No Paraná, a resistência e reprovação da população à privatização da Copel foi um marco do fracasso dessa política.

As concessões de novas usinas, subestações e linhas de transmissão tem sido licitadas normalmente por um período de 30 anos, com restrições às estatais federais, que não podem ter participação majoritária nestes empreendimentos. As concessões já existentes, na sua grande maioria no controle das estatais, foram renovadas e a partir de 2015 começam a vencer. Isto representa aproximadamente 25% da geração, 80% da transmissão e metade da distribuição do país. É um "negócio" que representa mais de 1 trilhão de reais, por um período de concessão de 30 anos.

Um negócio deste porte, menor somente do que o petróleo do pré-sal, gera interesse de forças muito poderosas do capitalismo internacional que atua associado ao capital nacional. A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) tem patrocinado uma campanha milionária através das televisões, jornais e revistas defendendo a licitação destas concessões. A argumentação é simples: apropria-se daquilo que tem sido uma bandeira histórica nossa, do campo popular, que é o preço abusivo da tarifa da energia elétrica. Segundo a Fiesp, para baixar o preço é necessário licitar. Se recordarmos, este é o discurso recorrente do período FHC, para quem as privatizações reduziriam os preços das tarifas, melhorariam a qualidade dos serviços e expandiriam os serviços. O que de fato tivemos foram tarifas exorbitantes, apagões, explosões (vide bueiros do Rio de Janeiro), falência da engenharia, terceirizações e mortes de trabalhadores.

A Plataforma Operária-Camponesa de Energia, articulação de sindicatos de energia elétrica e petróleo, dentre os quais o Senge-PR, a Fisenge, FNU, FUP com o apoio dos movimentos sociais, em particular a Via Campesina e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), defendemos a renovação das concessões. Porém, entendemos que há um debate mais profundo sobre o setor energético nacional. Com relação às tarifas, reivindicamos uma redução compatível com os custos de produção, principalmente a energia produzida pelas usinas amortizadas. Defendemos que esta energia seja exclusiva do mercado regulado, consumidores cativos, isto é, aqueles consumidores que estão vinculados às empresas distribuidoras, os consumidores residenciais, que foram aqueles que historicamente tiveram as tarifas mais altas, que foram aqueles que mais contribuíram na amortização dos investimentos das usinas, linhas e subestações. A Fiesp, muito mais que nas instalações, está de fato interessada em se apropriar desta energia produzida pela instalações que já foram pagas. Estes consumidores, chamados consumidores livres, por serem grandes consumidores, podem escolher seus fornecedores. Ou seja, os representados pela Fiesp querem de fato usufruir da energia mais barata e deixar para os consumidores residencias a energia produzida pela usinas que ainda precisam ser amortizadas.

A Plataforma tem uma interlocução permanente com a Secretaria Geral da Presidência, com o Ministro Gilberto Carvalho, para discutir os temas do setor energético, entre os quais a renovação das concessões. Em que pese a pressão do setor empresarial, a presidente Dilma Rousseff tem manifestado a intenção de renovar as concessões. Nosso objetivo é chegarmos ao estágio de discutir o modelo do setor tão essencial para vida nacional, como é o caso do setor de energia. Entendemos que as

tarifas precisam ser reduzidos para a população, que grande parte da energia é consumida por setores que geram pouco emprego, os chamados eletrointensivos, que modelo do pais gera uma economia primário-exportadora, que produzimos produtos que precisam de grande quantidade de energia, geram pouco empregos e tem pouco valor agregado. A expressão disso é que o setor industrial é responsável somente por 17% do PIB nacional, algo incompatível para uma economia emergente como a nossa, que deveriam estar no patamar dos 35% do PIB, em consequência de produzirmos somente produtos primários. Além de menos empregos ou empregos de pouca qualificação, necessitamos de grandes quantidades de produtos para gerar valores. Isto implica em grandes quantidades de energia, muitas usinas, muitos impactos ambientais e sociais.

Defendemos o controle social sobre o setor. As agências têm uma atuação insuficiente e distorcida, não defendem os interesses da sociedade e sim o interesse das empresas. Ser estatal não é o suficiente para dizer que os interesses da população estão atendidos. É necessário estabelecer mecanismos de controle com a participação popular. Defendemos também o resgate da dívida histórica com os trabalhadores e com os atingidos pelos empreendimentos. Somente na área de barragens temos mais de um milhão de trabalhadores impactados pelos projetos de usinas hidroelétricas e sequer temos uma definição do conceito de atingido. Defendemos o fim da restrição das empresas estatais que foram retiradas do plano nacional de desestatização em 2003/2004, mas ainda permanecem com restrições de participação nos novos empreendimentos, só podendo participar de forma minoritária e subordinada aos grupos privados. Defendemos uma política efetiva, de energia elétrica social e gás de cozinha para as populações de baixa renda e universalização dos serviços. A legislação trabalhista nacional preconiza não terceirizar as atividades fins, somente é possível terceirizar atividades acessórias. Já a lei das concessões permite a atividade fim. Baseado neste artigo, o STF tem julgado procedente as terceirizações em atividades fins, defendemos a supressão do artigo na lei de concessões que permite a terceirização nas atividade afim. Defendemos maior rigor na fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, no setor de energia elétrica e petróleo e nos canteiros de obra das usinas, plataformas e refinarias. Estes trabalhares sofrem acidentes fatais muito mais do que os trabalhadores do quadro próprio das estatais.

Movimento "Todos pela Energia"

Pela não privatização do setor elétrico e redução das tarifas de energia elétrica

Otimistas quanto à renovação das concessões do setor elétrico, lideranças do movimento "Todos Pela Energia", em entrevista a **O Engenheiro**, defendem a não privatização do setor, redução das tarifas para o consumidor residencial, valorização dos trabalhadores da energia e maior controle social do setor elétrico

Em 2015 começam a vencer as concessões do setor elétrico brasileiro, expirando contratos de 67 usinas hidrelétricas, oito usinas térmicas, além de distribuidoras e linhas de transmissão, ou seja, praticamente 20% do parque gerador brasileiro, assim como de 80% das linhas de transmissão e de 49 empresas distribuidoras, o que representa 35% do total da energia comercializada no país.

De acordo com a legislação vigente, com o fim das concessões, as usinas devem passar por novo leilão, mas o governo pode mudar a lei e prorrogar os contratos atuais. E é com o objetivo de pressionar o governo a renovar as concessões atuais que a Federação Nacional dos Urbanitários, apoiada por diversas entidades da sociedade civil e sindicatos, dentre eles o Senge-PR, lançou no dia 8 de dezembro, em Florianópolis, a campanha em defesa da Renovação das Concessões do Setor Elétrico: "Todos pela Energia – Privatização não é solução".

O movimento "Todos pela Energia" acredita que um novo processo de licitação promoveria a uma paralisia em investimentos no setor, o que consequentemente impactaria em nossa capacidade de atender o crescimento econômico do país, ou seja, seria o mesmo que promover uma nova rodada de privatizações do setor, trazendo consigo todas as consequências que este processo acarretou: desemprego, má qualidade de serviço e preços elevados.

O Senge-PR ouviu líderes de entidades e especialistas no assunto para saber qual a opinião deles quanto ao melhor modelo a ser adotado em 2015, a renovação das concessões ou as licitações, e quais são as perspectivas do setor elétrico nos próximos anos.

Confira a seguir as entrevistas realizadas com o engenheiro eletricista João Carlos Cascaes, ex-diretor de Planejamento e Engenharia da Urbs e ex-diretor e ex-presidente da Copel, com o economista Rubens Rosental, pesquisador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), com o engenheiro eletricista Luiz Pereira, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), João Antonio de Moraes, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros, Franklin Moreira Gonçalves, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários e com Gilberto Cervinski, do Movimento dos Atingidos por Barragens.

João Carlos Cascaes
Engenheiro eletricista, ex-diretor de Planejamento e Engenharia da Urbs e ex-diretor e ex-presidente da Copel

Senge-PR - *Que decisão é a mais correta para o país, renovação das concessões ou leilão?*

Cascaes - A renovação das concessões ou licitação, essa é uma questão que merece análise pelo precedente, precisa considerar os compromissos reais das concessionárias com a qualidade e segurança das instalações. Temos centrado demais os debates em torno das tarifas, isso é ruim, até porquê a energia não deve ser desperdiçada. Outro ponto fundamental é a utilização da energia elétrica: Produzimos energia para quê e a favor de quem? Atualmente as eletrointensivas têm privilégios, assim exportamos alumínio para outros países industrializarem, agregarem valor e nos venderem produtos feitos com material preparado aqui. Em torno da energia carecemos de um plano estratégico de produção e utilização, quem manda é o "deus mercado" a quem todas as facilidades foram dadas, principalmente para as grandes empresas.

Senge-PR - *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) lançou uma campanha exigindo das autoridades o cumprimento da legislação e a realização dos leilões. A entidade também afirma que o Brasil tem a 3ª tarifa de energia mais cara do mundo e que a energia poderá ficar mais barata para os consumidores com os leilões das atuais concessões. Qual sua opinião sobre esse movimento?*

Cascaes - A atual legislação foi feita ao gosto e para os interesses da FIESP. O preço elevado da energia elétrica no Brasil deve-se a juros exorbitantes, impostos, taxas, encargos etc. O lado ruim é que esse dinheiro fiscal tem sido mal usado.

Rubens Rosental
Professor-doutor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel)

Senge-PR - *O que trouxe o senhor ao "Todos Pela Energia", em Florianópolis?*

Rosental - A discussão da renovação das concessões é fundamental para o futuro do setor elétrico. O que está em jogo é a possibilidade de uma volta das privatizações. A licitação abriria espaço para que voltássemos a ter empresas privadas de geração e transmissão. Isso é um problema. Se olharmos a história do setor elétrico brasileiro, até a década de 1990 tínhamos um modelo basicamente público. Sob FHC, tivemos a privatização, que gerou desdobramentos muito ruins. O planejamento foi extinto, empresas reduziram investimentos. Tudo isso proporcionou o ponto culminante desse modelo, que foi o apagão de 2001. Na época, culpou-se o clima. Mas tínhamos água suficiente no Sul, mas nos faltavam linhas de transmissão para o Sudeste. Houve falta de investimentos em linhas, novas usinas, planejamento.

No setor elétrico, é preciso pensar no longo prazo. Logo, é preciso haver planejamento. É um setor estratégico, que não pode ficar nas mãos do mercado. Mas, após a privatização, muitas empresas demitiram empregados, aumentaram margens de lucros e transferência de lucros para a matriz, com consequente redução de investimentos. Ou seja – a energia, que deveria ser estratégica para o País, de interesse público, virou um produto qualquer, uma commodity. Estou certo de que este é um setor em que o Estado deve atuar, planejar políticas públicas. Na Europa, os principais países ainda têm suas estatais energéticas. No Brasil, é fundamental que o sistema Eletrobrás faça parte da formulação da política energética.

Senge-PR - *o que mudou nesse cenário após 2003?*

Rosental - Em 2003, cessaram as privatizações, voltou o planejamento e mudou o formato dos leilões. Na década de 1990, o critério era: "leva quem paga mais". O que fez com que as tarifas explodissem. Além disso, retomaram-se investimentos e planejamento público. Hoje, o BNDES é um financiador público do setor elétrico. Os leilões que temos hoje valorizam as parcerias público-privadas. É o cenário ideal, pois é importante ter o setor privado investindo, mas mais ainda ter as empresas públicas alavancando e controlando o investimento. É um modelo que está dando certo.

A consequência é que temos, hoje, um sistema praticamente integrado. Estamos investindo em diversificação energética, temos a melhor matriz do mundo, um potencial energético a preços competitivos (eólica, biomassa, solar).

E temos o desafio de continuar fazendo a economia do País, o que significa gerar muita energia. Por isso, é fundamental ter empresas públicas que possam acompanhar o desenvolvimento do setor energético. É preciso ter de 5 a 6 gigawatts novos para acompanhar um crescimento de 4 a 5% ao ano no PIB. É um desafio grandioso, mas a oferta tem acompanhado a demanda, até com certa sobra.

Senge-PR - *Qual o risco do fim das atuais concessões?*

Rosental - Seria extretamente perigoso, um retrocesso. A licitação abriria a possibilidade de uma possível privatização, o que traz um grau de incerteza maior quanto aos novos investimentos, tarifas competitivas, e até para os trabalhadores. Quanto a empregos e salários. A renovação das concessões é uma

decisão estratégica para o setor, que por sua vez é estratégico para o País. E a lembrança dos anos 1990 é recente. Temos de ficar atentos.

Senge-PR - *Qual sua expectativa?*

Rosental - Pelo que tenho sentido em pronunciamentos e conversas, vejo o governo sensível e tenho quase certeza de que irá optar pela renovação. A presidente tem um bom conhecimento do setor elétrico, e sensibilidade para a importância dele para o País e para os riscos que a privatização pode acarretar.

Luiz Pereira

Engenheiro eletricista e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina)

Senge-PR - *O senhor afirma que a energia brasileira é das mais caras do mundo, para o consumidor, apesar de uma das mais baratas para o gerador. Qual a causa dessa distorção?*

Pereira - A tarifa, ou o preço da energia vendida no Brasil, é totalmente descolado do custo. Temos o custo de produção mais baixo e a tarifa mais alta. No meio do caminho, existe a figura do comercializador de energia elétrica. São empresas que só se dedicam a isso – não geram, não produzem. Elas se agrupam num comitê chamado Comitê de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Ele é fruto do modelo implantado em 1995 por FHC, que trouxe como consequência lidar com a energia como commodity, em vez de um serviço público, voltado ao interesse público, em que os lucros eram revertidos para a manutenção e expansão do sistema.

Após 1995, as empresas de eletricidade se tornaram empresas como quaisquer outras, com acionistas que precisam ser remunerados, às vezes até estrangeiros, caso da Tractebel.

Os leilões de energia são uma consequência desse sistema. Eles se baseiam no critério de menor custo, que deixa de lado muita coisa, nem sempre elege quem oferece a maior eficiência. Ao levarmos em conta apenas o preço, desprezamos fatores como: eficiência, respeito ao meio ambiente, capacidade técnica. É como nos leilões de petróleo, um absurdo.

Senge-PR - *A Fiesp lançou há alguns meses uma campanha em que tenta provar que a energia vai ficar mais barata com os leilões das atuais concessões, chamada "Energia a Preço Justo". Qual sua visão a respeito?*

Pereira - Não há qualquer ligação direta entre as concessões e redução da tarifa. Ao contrário – a redução de preços ao consumidor só virá se estiver no bojo da discussão da renovação das concessões. A Fiesp colocou essa discussão na rua para defender os próprios interesses. Paradoxalmente, isso nos chamou ao debate, nos deu a oportunidade de colocar o tema em discussão a partir do interesse público.

Senge-PR - *Qual sua expectativa quanto à decisão do governo?*

Pereira - Mesmo após 2003, não se mexeu no coração do sistema, em sua parte mercantil. Muita coisa melhorou, voltou o planejamento, não se privatizou mais empresas federais. Apesar disso, estou otimista. Acredito que o governo deverá fazer a renovação das concessões via Medida Provisória. Mas não será "a seco", haverá uma contrapartida ao setor privado, que ainda não se sabe qual é. A vantagem da MP é ter efeito imediato; quando é discutida no parlamento, já está em vigor. Isso pode justificar bastante o silêncio das empresas estatais, dos ministros da área, sobre o assunto. Acredito que a coisa está centralizada na mão da presidente. Ela é que irá decidir.

João Antonio de Moraes

Coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros

Senge-PR - *Por que a Federação Única dos Petroleiros participa deste evento que trata das concessões de energia elétrica?*

Moraes - Estamos integrados nessa batalha em defesa da energia. Entendemos que a retomada dos leilões significa a diminuição da participação do Estado num setor

estratégico para qualquer país, e ainda mais para o Brasil, que tem dimensões continentais. Para nós, um debate muito importante, que exige a participação do Estado, é a questão ambiental. Sempre que a energia foi produzida de forma não integrada, sem planejamento, o dano ambiental é maximizado. Só quem consegue fazer isso, adequadamente, é o Estado. Essa é uma luta importantíssima, e a FUP não poderia ficar de fora, já que 45% da matriz energética brasileira vem do petróleo e do gás.

Senge-PR - *Um movimento semelhante buscou garantir que a riqueza do petróleo da camada pré-sal ficasse com os brasileiros. Qual sua avaliação daquela campanha?*

Moraes - Ficamos no meio termo. Propusemos, e ainda defendemos, a retomada do monopólio estatal, tal qual tínhamos até 1995. Não conseguimos isso, mas os projetos aprovados pelo Congresso aumentam a presença e controle do Estado, já que as áreas ainda não leiloadas do pré-sal serão operadas pela Petrobras. Elas representam 62% do total das reservas. Isso foi importante, bem como a instituição do Fundo Social e a capitalização da Petrobras, que aumentou a participação do Estado no comando e, principalmente, a musculatura da empresa.

Senge-PR - *De que forma é possível obter avanços maiores na discussão da renovação das concessões de energia?*

A renovação das concessões é importante, mas mantém inalterado o status quo atual. E isso não é o suficiente. É preciso rediscutir a participação do Estado. É um absurdo, por exemplo, o BNDES não poder emprestar dinheiro a empresas estatais. A Eletrobrás precisa ser fortalecida, como foi feito com a Petrobras, de forma a ter atuação mais consistente. É preciso discutir o controle social das empresas, mesmo as privadas, pois elas atuam num setor essencial, não podem ter uma atuação meramente mercantil. Isso se fará com a participação dos trabalhadores e da sociedade na atuação e na fiscalização dessas empresas. É importante estarmos integrados, sindicatos e movimentos sociais, tanto pela força política quanto pelo simbolismo de termos campo e cidade unidos em torno de um tema.

Franklin Moreira Gonçalves
Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários

Senge-PR - *Qual seu balanço do "Todos Pela Energia" realizado em Florianópolis?*

Gonçalves- O evento superou as expectativas, com uma participação muito boa dos trabalhadores, do Movimento dos Atingidos por Barragens, das outras categorias sindicais. Tivemos cerca de mil participantes. É mais uma etapa importante para nacionalizar a luta contra as privatizações. Mais um momento de fortalecer nossa aliança entre trabalhadores do campo e da cidade no tema da energia. Do debate saíram propostas para levar eventos em âmbitos estadual e regional.

Senge-PR - *O que buscam os trabalhadores e movimentos sociais reunidos no movimento "Todos Pela Energia"?*

Gonçalves- É preciso não apenas renovar as concessões, mas também aumentar o controle social sobre política energética, democratizar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), garantir participação da sociedade no Conselho Nacional de Política Energética, pois hoje nenhuma de nossas entidades participa dele, que fica restrito ao governo e às empresas. Tudo isso tem como objetivo, também, reduzir a tarifa para os consumidores residenciais de energia, que pagaram ao longo dos anos muito mais do que os grandes consumidores, por exemplo as grandes indústrias.

Senge-PR - *O que virá a seguir?*

Gonçalves- Vamos trabalhar no lançamento do movimento nos Estados, criar uma frente parlamentar pela renovação das concessões, envolver os trabalhadores via materiais de campanha, coletar assinaturas pelo site da campanha, na internet (www.todospelaenergia.com.br).

Temos pela frente uma luta no Congresso para alterar uma legislação elaborada no contexto das privatizações, que levava em conta que todas as concessionárias de energia seriam privadas. Como isso não aconteceu, e hoje temos um novo papel para o Estado e as empresas estatais, é preciso que a lei leve isso em conta.

Outra coisa – no processo de privatização, FHC garantiu às empresas o direito de terceirizar suas atividades, o que contraria uma decisão do TST sobre a terceirização em atividade-fim. Com isso, as empresas ganharam na prática o direito de fazer isso mesmo contra a lei, usando o argumento de que é um direito garantindo pela regulamentação das concessões. Esse é um momento propício para se rediscutir também esse item, que só interessa às empresas, que com isso maximizam seus lucros.

Gilberto Cervinski
Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens

Senge-PR - *O que os sindicatos e movimentos sociais buscam com o Todos Pela Energia, que tem sua segunda edição em Florianópolis?*

Cervinski - Estamos construindo a Plataforma Operária e Camponesa de Energia, um campo de aliança entre campo e cidade que envolve MAB, MST, Movimento de Pequenos Agricultores, FNU, Sinergia (SC), Fisenge, Sindieletro (MG), Federa-

ção Única dos Petroleiros.

A prioridade é o debate em torno da energia, com a visão dos trabalhadores do campo e da cidade. Neste momento, uma das principais disputas políticas no setor se dá em torno das concessões de energia. Trata-se de 30% do setor elétrico (23% da geração, 80% da transmissão e 33% da distribuição), que somam R$ 30 bilhões por ano, e que não haviam sido privatizados. Tudo isso, hoje, está nas mãos das estatais, sejam estaduais ou federais. Por isso, dizemos que é uma disputa por uma nova privatização do setor elétrico. Mantida a lei como está, haverá leilões, o que significa privatizar.

Assim, tomamos a iniciativa de realizar o movimento nacional "Todos pela Energia – Privatização não é Solução". Temos quatro pontos de unidade: Somos contra a privatização; queremos a redução das tarifas para o consumidor residencial, principalmente, pois elas são hoje das mais caras do mundo, sendo que temos umas das matrizes mais baratas para produção; valorizamos o papel dos trabalhadores da energia e lutamos por recuperar os direitos das populações atingidas; e queremos maior controle social do setor elétrico, que é a única forma de garantir que ele não seja dominado pelo capital privado.

Neste momento, estamos fazendo eventos em todo o Brasil. O lançamento foi em Paulo Afonso (BA). Aqui (Florianópolis) é o segundo evento.

Senge-PR - *O que o movimento busca?*

Cervinski - Não há espaço para ficar em cima do muro. Nesse momento, ou se é pela renovação, ou pela privatização. Queremos que todos tomem posição – empresas, governo, parlamentares, sindicatos, sociedade, para evitar os leilões e renovar as concessões. Basta que se altere uma lei, o que pode ser feito por decreto. Mas isso tem de passar pelo congresso, onde muitos deputados são financiados por empresas privadas. Se pegarmos uma relação de parlamentares financiados por mineradoras e empresas privadas de energia, vemos que eles são maioria. Só se reverte esse quadro com pressão popular. Essa é nossa principal estratégia: pressionar governo e parlamentares. É isso que estamos começando nesse movimento.

Senge-PR - *Quais os próximos passos?*

Cervinski - Haverá eventos similares por todo o País. Além disso, temos um encontro pré-agendado com a presidente Dilma Roussef, que nos foi prometido pelo ministro-chefe de gabinete Gilberto Carvalho.

Arquivo

"A prioridade é o debate em torno da energia, com a visão dos trabalhadores do campo e da cidade. Neste momento, uma das principais disputas políticas no setor se dá em torno das concessões de energia. Trata-se de 30% do setor elétrico (23% da geração, 80% da transmissão e 33% da distribuição), que somam R$ 30 bilhões por ano, e que não haviam sido privatizados"

Gilberto Cervinski
Coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens

Artigo

Investimento público no Paraná continua baixo

O economista **Fabiano Camargo**, da subseção do Dieese no Senge-PR, analisa os gastos dos últimos governos estaduais com investimento público e chega a uma conclusão preocupante: a participação paranaense nos investimentos em relação aos outros estados é ínfima

O investimento público representa uma variável chave para determinar o nível de crescimento e desenvolvimento econômico de uma cidade, estado ou mesmo de um país, influindo para a melhoria das condições de vida da sociedade. A determinação do nível de investimento realizado contribui para o aumento da produtividade dos fatores de produção na economia gerando empregos, renda, aumentando o consumo e ainda induzindo o investimento realizado pela iniciativa privada. Para a categoria dos engenheiros o investimento tem papel fundamental, pois, havendo maior dinamismo deste consequentemente serão demandados mais profissionais.

Para entender a correlação existente entre investimento público e a geração de postos de trabalho para engenheiros basta observar o histórico brasileiro. No período que se inicia na década de 50 e se encerra no final dos anos 70, foram construídas grandes obras de infraestrutura no território brasileiro, gerando montante elevado de postos de trabalhos para engenheiros. Neste período ganharam destaque não somente o investimento realizado diretamente pelos governos, mas também por meio de suas estatais, a considerar que neste período foram criadas estatais estratégicas. Empresas que já existiam receberam mais recursos e foram reestruturadas. Ressalta-se ainda que mesmo com toda a acumulação de capital ocorrida neste período que induziu o crescimento econômico, não foi verificado o avanço no processo de melhoria na distribuição da renda e da riqueza.

> “Nos seis primeiros meses do ano o estado investiu apenas R$ 206 milhões, ficando na 20.° posição entre todos estados”

Nas décadas de 80 e 90, como consequência do processo de elevação do endividamento público, privatização dos serviços públicos, redução do papel do estado, a busca pelo estado mínimo, em que o mercado seria capaz de realizar a alocação correta dos recursos, os investimentos públicos foram relegados a segundo plano, prejudicando não somente engenheiros, mas também todos os trabalhadores brasileiros, que passaram a conviver com o baixo ritmo de crescimento econômico – não raro momentos de recessão econômico – queda da renda e a elevação das taxas de desemprego a patamares extremamente elevados. Em função deste cenário que se apresentava, muitos engenheiros foram obrigados a abandonar sua formação técnica e buscar novas ocupações ou mesmo abrir seu próprio negócio.

Recentemente devido à retomada do crescimento econômico, impulsionado fortemente pelo dinamismo do mercado interno e influenciado pelo consumo das famílias, o país passou a crescer a taxas mais elevadas, atingindo o pico de 7,5% em 2010, bem como o avanço dos investimentos públicos, aumentou a procura por engenheiros, criando um novo cenário para estes trabalhadores, tornando esta categoria mais valorizada. Porém, não se pode afirmar que exista escassez generalizada de profissionais, esta falta de profissionais ocorre em setores localizados de atividade econômica, porém, a tendência é que estes desiquilíbrios sejam eliminados com o aumento da oferta de profissionais no ensino superior, já que existe um hiato temporal até que a oferta se ajuste a demanda, considerando que são necessários alguns anos para formação de um engenheiro.

Sabendo da importância que os inves-

Posição relativa do Paraná, indicadores selecionados - 2000/10

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado 2000/10
Investimentos per capita	16°	19°	17°	14°	15°	15°	16°	21°	26°	25°	27°	24°
Investimentos sobre receitas	16°	19°	15°	15°	14°	16°	13°	23°	26°	26°	27°	25°
Investimento sobre o PIB	21°	21°	19°	19°	21°	21°	21°	25°	26°	26°	27°	25°
Investimentos sobre os gastos públicos	19°	19°	15°	15°	14°	14°	14°	21°	25°	26°	26°	22°

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional Elaboração: Dieese/Subseção Senge-PR

timentos possuem para o crescimento econômico, observaremos a seguir o comportamento dos investimentos públicos nos estados brasileiros de 2000 até o primeiro semestre deste ano, conforme dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), lembrando que os dados são públicos e podem ser acessados por qualquer cidadão. Considerando os investimentos em termos absolutos, notamos que entre 2000 e 2010 os estados brasileiros destinaram a investimentos R$ 297 bilhões, o Paraná foi o sexto que mais investiu com um total de R$ 13,017 bilhões, e como era de se esperar São Paulo ficou na primeira colocação com R$ 59,9 bilhões (cerca de 20% do total). Entre 2000 e 2010, os investimentos dos estados cresceram 146,36%, passando de R$ 19,996 bilhões para R$ 49,262 bilhões, já aqui no estado a elevação foi de apenas 32,50% - uma das menores taxas de crescimento, a sexta menor para ser mais exato. Fruto deste baixo crescimento, é lamentável notar que a participação do estado no nível de investimento público dos estados tem caído, era de 5,10% em 2000, atingiu picos de 6,58% em 2003 e de 6,02% em 2006, porém, tem ficado abaixo de 3% a partir de 2008, atingindo o valor de 2,74% em 2010. Outro fato relevante, é que entre 2000 e 2008 o montante investido pelo Paraná era o maior do sul do país, porém, em 2009 e 2010 ficamos atrás de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul respectivamente.

> “O propalado “Choque de Gestão” anunciado pelo governo estadual no início de 2011 e que preconizava a eficiência na gestão e recursos para áreas prioritárias não está ocorrendo”

Se a situação do estado parece até mesmo confortável realizando a análise sob a ótica do total dos investimentos realizados, porém, se deteriorando principalmente nos últimos anos, quando analisamos o investimento e o correlacionamos com a população, Produto Interno Bruto (PIB), receitas e gastos públicos, a situação é muito preocupante. Entre 2000 e 2010, somente no indicador de investimento per capita os valores obtidos pelo Paraná melhoraram, em 2000, o estado investia R$ 54,97 por habitante passando para R$ 129,31 em 2010, e no acumulado do período atingiu R$ 87,67. Já no indicador de investimento sobre o PIB, o estado saiu de 0,76% em 2000 para 0,62% em 2010, sendo que neste ano a média de investimento dos estados alcançou 1,34% do PIB, ou seja, muito distante da realidade paranaense. Se os indicadores de investimento do Paraná não são dos melhores em consequência as colocações também não serão. No período de 2000 a 2006 a melhor posição obtida entre todos os 27 estados havia sido a 13.° colocação no indicador de investimento sobre receitas. Em 2007, a melhor colocação foi a 21.° (olhando de outro ângulo a sétima pior colocação). Em 2008 e 2009, ficamos uma vez em antepenúltimo e três em penúltimo. E por fim em 2010, ficamos em 27.° em três indicadores e penúltimo em um indicador, ou seja, os piores indicadores entre todos os estados analisados. Assim, considerando o acumulado de 2000 a 2010, a melhor colocação do Paraná foi a 22.° (sexta pior colocação) no indicador de investimento sobre gastos.

Assim, no acumulado a situação dos indicadores de investimentos do Paraná não foi das melhores, mesmo quando comparada com estados de perfil socioeconômico semelhante (estados da região sul, e sudeste, além de Goiás, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia), sendo que ficamos a frente apenas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Destaque da análise foram os estados considerados de menor desenvolvimento econômico, sendo eles Tocantins e Acre, fatores como carência de infraestrutura, menor diversificação econômica, impacto de uma obra ser maior nos estados mais pobres e por fim a mentalidade dos governantes podem explicar os melhores indicadores conquistados por esta dupla. Estes dois estados foram os únicos a conseguir percentuais de investimento sobre o PIB acima de 10%.

> “No acumulado a situação dos indicadores de investimentos do Paraná não foi das melhores, mesmo quando comparada com estados de perfil socioeconômico semelhante (estados da região sul, e sudeste, além de Goiás, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia), sendo que ficamos à frente apenas de São Paulo e do Rio Grande do Sul”

Analisando os dados do primeiro semestre de 2011 verificamos que os estados brasileiros destinaram R$ 16,809 bilhões para investimentos. Sendo que o montante realizado por São Paulo foi de R$ 2,872 bilhões. Importante destacar também que além de São Paulo, mais cinco estados realizaram investimentos acima de R$ 1 bilhão no primeiro semestre deste ano, sendo eles: Rio de Janeiro (R$ 2,326 bilhões), Pernambuco (R$ 1,307 bilhões), Amazonas (R$ 1,281 bilhões) e Minas Gerais (R$ 1,264 bilhões). Observando a situação do Paraná notamos que o cenário dos investimentos não é nada animador. Nos seis primeiros meses do ano o estado investiu apenas R$ 206 milhões, ficando na 20.° posição entre todos estados, atrás de estados como Roraima, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Acre, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Desta forma, parece que o tão propalado discurso do “Choque de Gestão” anunciado pelo governo estadual no início do ano e que preconizava a eficiência na gestão e mais recursos para áreas prioritárias como investimentos públicos, onde o estado viraria um verdadeiro “canteiro de obras”, não está se efetivando na prática. Ou seja, o panorama dos investimentos no Paraná não muda em relação ao que vem ocorrendo nos últimos anos. Assim, é preocupante verificar que a participação paranaense nos investimentos dos Estados só cai, percentual, que beirava aos 6% entre 2000 e 2006, tem ficado abaixo dos 3% a partir de 2008 e no primeiro semestre de 2011 ficou em 1,23%. Por fim, conclui-se que os governantes estaduais pouco tem feito (ou quase nada) para reverter a situação em que se encontram os investimentos públicos que prejudicam o acesso da população a bens e serviços públicos essenciais para desenvolvimento pleno dos cidadãos.

Opinião

Crescimento e decrescimento

O ex-presidente do Senge e autor dos livros "E se o Capitalismo Acabasse? e "Capitalismo Terminal" **Luiz Carlos Correa Soares** levanta questionamentos relevantes sobre o modelo de civilização que adotamos, baseado no hiperconsumismo e no acúmulo de riquezas

Na maioria dos países em desenvolvimento, os processos de crescimento econômico são mais ou menos episódicos, normalmente cíclicos e de curta duração, tipo gangorra que sobe e desce. No Brasil, os processos em gangorra são típicos porque não temos um projeto de nação. Apenas têm acontecido alguns planos isolados, tais como o "50 anos em 5" de JK, os dois PNDs da ditadura de 1964 e os programas atuais, como tentativas de recuperação do período anterior, de estagnação. Contudo, a análise destes programas não cabe no escopo deste texto.

De qualquer modo, é indispensável colocar sempre a questão básica de qual desenvolvimento ou crescimento estamos falando. E outras questões igualmente fundamentais: para quê, como, quando, por quanto tempo, quanto custa. E, por fim, a pergunta mais importante – e que normalmente não é feita – quem se apropria dos seus resultados?

Todavia, tanto no centro como na periferia do capitalismo, a palavra de ordem é "crescer e desenvolver para consumir". Ou vice-versa, o que produz o mesmo resultado: o acúmulo de mais riquezas, sempre nas mãos de poucos. E são estimulados o consumismo e o hiperconsumismo, de formas tão absurdas que beiram a níveis de estupidez e imbecilidade.

O modelo, que está aumentando a riqueza de alguns e o endividamento e/ou a pobreza e a miséria de bilhões de pessoas - e exaurindo o planeta - construiu com êxito alguns mitos assimilados pelo senso comum de enormes contingentes das sociedades submissas aos princípios capitalistas. O "way of life" norte-americano, por exemplo, é ideologicamente induzido e propagandeado em filmes, músicas e na mídia e passou a ser copiado no mundo todo. Como resultado, há um furor consumista de coisas das quais não se tem necessidade nem recursos para adquiri-las.

Esse comportamento tem sido extremamente útil para os objetivos da economia americana, em primeiro lugar, mas também para as de outros países do capitalismo central e até dos não desenvolvidos. Porque, mesmo nestes, há enclaves de poder aquisitivo ao nível dos países ricos. Assim, o hiperconsumismo tem contribuído fortemente para o aumento da exploração dos recursos naturais em proporções preocupantes, como decorrência de uma devastação sem similares em qualquer outra fase da História. E paga-se a conta das tragédias criadas pelos especuladores e seu incontrolável e falido sistema econômico e financeiro.

Vários estudos advertem para processos de esgotamento de reservas conhecidas de vários minerais mais utilizados no mundo, inclusive em setores estratégicos e em muitas tecnologias de ponta. Exemplos: platina, alumínio, níquel, chumbo, estanho, cobre, antimônio, tântalo, índio, zinco, ouro, prata, cromo, urânio, entre outros.

Felizmente, hoje já existem correntes de pensamento que estão indo na contramão do processo em marcha. Exemplos: a proposta do ecossocialismo, defendida por muitos pensadores como Michel Löwy, sociólogo e filósofo brasileiro que vive na França; o ecoantropocentrismo, que defende a premissa do compartilhamento equilibrado da Natureza e nega a prerrogativa auto-estabelecida pelo Homem como um ser superior, dominador e predador de todas as demais espécies vivas do planeta e de tudo o que nele existe.

Outros estudiosos defendem o decrescimento, tais como o economista francês Serge Latouche, que em novembro passado esteve no Brasil debatendo esse tema. Em 2002, em Paris, uma importante conferência havia estabelecido a consigna: "desfaça o desenvolvimento, refaça o mundo". Na conferência paralela de Copenhague a palavra de ordem foi "mudar o sistema [capitalista] não o clima". A Conferência sobre Decrescimento Econômico, realizada em Barcelona em março de 2011, reuniu mais de 500 pesquisadores e ativistas de vários países da Europa e da América para discutir o decrescimento. O tema coloca questionamentos radicais ao âmago do atual modelo capitalista ao afirmar que "a crise do começo do terceiro milênio não pode ser resolvida pelos caminhos adotados desde o século 19", conforme foi destacado na conferência.

Uma das questões mais fundamentais é a finitude do planeta. Conforme estudiosos do tema, a Terra foi constituída há mais ou menos 4,5 bilhões de anos com os elementos físico-químicos básicos que o planeta contém até hoje. De lá para cá, aconteceram algumas mutações, inclusive o surgimento da vida como a conhecemos. Além disso, o planeta, de tempos em tempos, costuma dar umas "sacudidelas em suas pulgas". Porém nenhuma aconteceu com suas "pulgas" mais incômodas, os humanos. Ainda não...

De qualquer modo, está evidenciado que o consumismo atingiu níveis preocupantes e é impossível elevar o consumo dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos para níveis dos desenvolvidos.

Tudo nos leva a uma grande encruzilhada nos caminhos do futuro. Se o objetivo for continuar no rumo atual, faltará planeta; se for para elevar o desenvolvimento de todo o mundo ao nível dos ricos, também faltará planeta; se optar pela redução do consumo dos ricos e não for possível construir processos de conscientização e convivência, certamente existirão reações ferozes, inclusive com revoluções ou guerras.

Fica a sensação – para mim, a convicção – de que o decrescimento é solução óbvia, racional e essencial para a equalização e o equilíbrio do uso da Natureza bem como para o convívio das sociedades e das espécies, sob novos parâmetros civilizatórios. Contudo, somente será possível como componente de um embate maior e inevitável com o atual sistema capitalista, porque são processos auto-excludentes e, portanto, absolutamente incompatíveis e inconciliáveis.

Agenda Sindical

Informações sobre o dia-a-dia e a atuação do Senge-PR

Senge-PR é duplamente premiado no 4º PCQ

O Senge-PR foi duplamente premiado no dia 29 de novembro, durante a entrega do 4º ciclo do Prêmio CREA de Qualidade nas Organizações Profissionais (PCQ), realizado em Foz do Iguaçu e inserido na programação do 37º EPEC. O Sindicato ganhou os prêmios destaque em Comunicação e Regional Curitiba. Os prêmios foram entregues pelo presidente do Crea-PR, Álvaro Cabrini e recebidos pelos diretores executivos do Senge-PR, Rolf Meyer e Joel Krüger.

O PCQ é uma das ações estratégicas do CREA-PR e reconhece as entidades de classe pelo seu aprimoramento no desempenho de sua gestão, avaliando 10 critérios: Modelo de Gestão, Atuação junto ao Sistema, Qualificação Profissional, Ambiente Associativo, Ética Profissional, Políticas Públicas, Comunicação, Liderança, Responsabilidade Administrativa e Social, Maior Evolução de 2011.

Para o presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, as premiações recebidas mostram o aprimoramento da gestão do Sindicato e valorizam ainda mais o trabalho dos diretores e profissionais que vivem o dia a dia da instituição. "Ficamos muito satisfeitos com a premiação e parabenizamos nossos diretores, funcionários e associados pelos resultados obtidos. No ano passado conquistamos o primeiro lugar na categoria Responsabilidade Social e Administrativa e em 2011 fomos duplamente premiados, com o destaque em Comunicação e na Regional Curitiba", ressalta.

O gerente da Assessoria de Apoio às Entidades de Classe do CREA-PR, Claudemir Prattes ressalta que o PCQ é um trabalho de valorização das profissões, que engrandece o Sistema e orgulha a todos que participam do processo. "É gratificante ouvir depoimentos de profissionais dizendo que participar do trabalho muda a vida da entidade e de seus profissionais. Assim, o CREA-PR contribui não somente com a gestão da entidade, mas com seu desenvolvimento e enriquecimento pessoal também".

Ao final do evento, o presidente do Clube de Engenharia de Londrina, Nilson Capucho, efetuou a primeira inscrição do quinto ciclo, que acontecerá em novembro de 2012.

O 1º lugar geral do PCQ ficou com a AEAC-Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel, o 2º lugar com a AEAM-Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá e o 3º lugar com a AEAA-Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana.

Senge-PR entrega ao Pequeno Cotolengo doações arrecadadas com o jantar do Dia do Engenheiro

O presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, e a coordenadora de serviços do Sindicato, Gisele Dutra, entregaram ao lar Pequeno Cotolengo, no dia 15 de dezembro, as quase duzentas latas de leite em pó e farinha láctea, arrecadadas com o jantar do Dia do Engenheiro deste ano. A doação foi recebida pelo diretor presidente da instituição, o padre Rodinei Thomazella.

O Pequeno Cotolengo atende, atualmente, 230 mulheres, homens e crianças com deficiências mental. De acordo com Thomazella, a instituição é mantida por doações, convênio com outras instituições, como os hospitais Pequeno Príncipe e São Vicente e ajuda voluntária. As doações dos engenheiros serão utilizadas no Lar Anjo da Guarda, departamento da instituição que atende 36 crianças.

Doações – Segundo Thomazella, o Pequeno Cotolengo está aberto à doações de móveis, alimentos, eletrodomésticos, dinheiro e produtos. Caso você queira doar algo à instituição, ligue para (41) 3314-1900, de segunda à sexta-feira, das 8 às 18 horas e marque um horário que o Pequeno Cotolengo realiza a coleta em qualquer parte de Curitiba e Região. Saiba mais sobre a entidade e outras forma de ajudar a instituição em pequenocotolengo.blogspot.com/

Cooptação da Alep e rede de aliados de Richa preocupa oposição, afirma Veneri

Em debate realizado no dia 26 de novembro, na Sede do Senge-PR, o deputado estadual Tadeu Veneri, abordou a conjuntura político-estadual, na última reunião de 2011 do Conselho Deliberativo do Senge-PR. "O governo de Beto Richa tem uma enorme habilidade de realizar negociações, fatiando-as, dando uma parcela de aumento para uns e anunciando melhoras futuras para outros. Há um fracionamento em várias negociações diferenciadas", afirmou o deputado, que analisou ainda o reflexo dessa estratégia na perda da identidade das categorias profissionais como classe.

De acordo com o Veneri, o Governo Richa, além de "nascer velho", tendo em vista sua estreita relação com Governos anteriores, como o de Jaime Lerner, vem traçando uma forte rede associativa no aparato estatal, que abarca desde diretorias de departamentos do estado, à cooptação de bases aliadas na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Para o deputado, ao contrário do que ocorreu no Governo de Requião, em que haviam ao menos cinco partidos de oposição na Alep, hoje, o atual Governo, conta com, praticamente, apenas um partido de oposição, pois, "praticamente todos foram para a base do Governo Richa", critica Veneri, apontando ainda para os riscos de uma forte atuação do Governo na Alep, pressionando a aprovação do legislativo às medidas governamentais.

Outra crítica de Veneri é com relação à falta de investimentos públicos realizados pelo atual Governo até o momento, com a alegação de que o Governo anterior deixou uma dívida de mais de R$ 5 bilhões. De acordo com o deputado, o Tribunal de Contas já comprovou que a dívida não existe. "Houve um factoide lançado na mídia que estimulou a discussão de que deixou-se uma dívida", disse Veneri, para quem o Governo aproveitou do discurso de que estava quebrado para evitar investimentos.

Mesmo assim, Veneri acredita que haverá bons investimentos no atual Governo. "Creio que o Governo fará boas ações. No entanto, teremos uma enorme distribuição de recursos para grupos privados", alerta o deputado.

Crea-PR

Diretor do Senge-PR, Joel Krüger, é eleito presidente do Crea-PR

Engenheiro civil e coordenador do curso de engenharia civil da PUCPR assumiu o mandato dia 1º de janeiro. Em sua campanha, **Joel Krüger** prometeu ampliar a fiscalização da entidade e implantar o Colégio de Presidentes das Entidades de Classe, além de aproximar o Conselho da sociedade

O engenheiro civil e diretor executivo do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, Joel Krüger, foi eleito presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR). A eleição foi realizada dia 8 de novembro e o resultado oficial foi confirmado no dia 10 de novembro, pela Comissão Eleitoral do Crea-PR. A plenária do Confea, reunida no dia 6 de dezembro, homologou o resultado. O mandato começou em 1º de janeiro e termina dia 31 de dezembro de 2014.

Joel Krüger conquistou o voto de 3321 profissionais, de um total de 6085 votos válidos. O engenheiro civil Gilberto Piva obteve 2764 votos. Foram registrados 50 votos nulos e 66 em branco. Krüger agradeceu a todos os profissionais do sistema Confea/Crea pela vitória conquistada nas urnas. "Tenho que agradecer a todos os profissionais que depositaram um voto de confiança a mim e às minhas propostas para o Crea-PR. Só cheguei aqui graças ao apoio e ao respeito de profissionais, entidades e instituições de ensino de todo o estado, que acreditaram nas propostas de inovação, qualidade e compromisso com o Crea-PR", destacou Krüger. E cumprimentou o colega Gilberto Piva pela "disputa legítima, marcada pela discussão de propostas e pela ética durante a campanha eleitoral".

Para o presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, a vitória de Joel Krüger foi muito importante para a manutenção da defesa dos profissionais que fazem parte do Sistema Confea/Crea. "É preciso ter nos conselhos pessoas que defendam com convicção nossa profissão. Joel Krüger teve um papel importantíssimo no Crea-PR nos últimos cinco anos e mostrou capacidade de se articular com todas as entidades. Além disso é diretor do Senge-PR e conhece a realidade dos profissionais da engenharia no estado", ressaltou.

Senge-PR

Confea

Apesar da forte mobilização no Paraná e da campanha realizada em todo o país, o ex-presidente do Crea-PR, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini, foi derrotado pelo ex-presidente do Crea-SP, engenheiro civil José Tadeu da Silva. A disputa foi bastante acirrada e apesar das denúncias do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, sobre possíveis irregularidades nas eleições naquele Estado, a plenária do Confea homologou a eleição. Participaram da eleição em todo o país mais de 79 mil profissionais e foram computados 70946 votos válidos. José Tadeu obteve 37.338 votos, Álvaro Cabrini ficou em segundo lugar, com 25.463, Francisco Machado da Silva obteve 5834 e Luis Fernando Buch conquistou 2311 votos. No Paraná, Cabrini conquistou apoio maciço dos profissionais, com 5.619 votos, contra apenas 794 votos dos outros três candidatos.

Em seu site de campanha, Cabrini cumprimentou o engenheiro Tadeu pela vitória e agradeceu a todos pelo apoio recebido e pelo engajamento na defesa das ideias e soluções de sua campanha. "Buscamos incrementar a inserção de nossas profissões na urgente e imprescindível transformação das estruturas nacionais necessárias à evolução social frente aos desafios do século XXI. O expressivo resultado que conquistamos nas urnas exige que continuemos comprometidos com o projeto de sistema profissional que propusemos e que acreditamos ser o melhor para a defesa de nossas profissões. Temos que empenhar o apoio às boas ações desencadeadas no Confea e estarmos atentos à qualidade e aos princípios fundamentais da boa administração pública".

>>>

Senge-PR

Pela primeira na história, o Senge-PR foi um dos locais de votação, e contou com a presença de novos e antigos eleitores, como Adelino Alves da Silva, de 94 anos.

Conselheiro Federal e Mútua

Na eleição para o cargo de conselheiro federal, outro candidato apoiado pelo Senge-PR foi eleito. O engenheiro civil Francisco Ladaga recebeu 3149 votos, superando o engenheiro Ivo Mendes Lima que recebeu 2761 votos. Em eleições de candidatos únicos para a Mútua, o técnico industrial Waldir Rosa foi eleito o novo Diretor Geral e o engenheiro agrônomo Paulo Paiva o novo Diretor Administrativo.

Processo Democrático

O presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, ficou satisfeito com o resultado das urnas e pela vitória da maioria dos candidatos apoiados pelo Sindicato. "Mais uma vez, participamos ativamente de um processo eleitoral legítimo, democrático, sem nos omitir ou oferecer apoio velado, deixando claras nossas posições de preferência por pessoas comprometidas com a valorização dos profissionais. Parabenizo todos os que participaram do processo e principalmente os que compareceram às urnas e exerceram seu direito democrático de escolha", ressaltou Kaniak.

▸ **PL 915**

Governo Richa foge do diá

Projeto de Lei aprovado às pressas pela Assembleia Legi públicos nas áreas de saúde e cultural. Apenas oito parlam

Em votação tumultuada, marcada por protestos de trabalhadores, estudantes e sindicalistas, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou, no dia 5 de novembro, um projeto de lei polêmico, enviado em regime de urgência pelo governador Beto Richa. O PL 915 autoriza o governo estadual a delegar a organizações sociais serviços públicos nas áreas de saúde e cultura.

A votação iniciada por volta das 14h foi interrompida no fim da tarde, quando os manifestantes que protestavam contra o projeto entraram no plenário da Assembleia. A sessão foi suspensa e os manifestantes se mantiveram no plenário. Os grupo redigiu um manifesto que foi encaminhando a imprensa, questionando a forma antidemocrática que o texto foi encaminhado pelo governo do Paraná. "Não houve qualquer consulta à população sobre o tema. O projeto mal chegou a esta casa no dia 23 de novembro e já foi colocado na pauta de votação. "Os ocupantes aqui presentes representam boa parte da população, que exige uma Audiência Pública sobre o assunto", afirmava o manifesto.

Aproveitando uma brecha do regimento da Alep, os deputados reiniciaram a ses-

"Não houve qualquer consulta à população sobre o tema. O projeto mal chegou a esta casa no dia 23 de novemb

álogo e aprova terceirização do estado

islativa autoriza o governo do estado a delegar a organizações sociais, serviços
mentares votaram contra o projeto

são no plenarinho da casa. Os manifestantes se retiram pacificamente da Assembleia por volta das 21h e continuaram protestando em frente a Alep, cercada por policiais militares. Os deputados voltaram ao plenário e aprovaram o projeto por 40 votos a oito. Apenas a bancada do PT, formada por 7 parlamentares e o deputado do PV e ex-presidente do Senge-PR, Rasca Rodrigues, votaram contra o projeto. O deputado Antônio Anibelli Neto, o Anibelinho, da bancada do PMDB abandonou o plenário. "Isso é uma vergonha. Fugir do povo, votar escondido, eu não vou participar dessa palhaçada", afirmou antes de se retirar da Assembleia.

Falta de diálogo

O diretor executivo do Senge-PR, engenheiro eletricista Antonio Quevedo Goulart, esteve presente na manifestação na Assembleia e participou ativamente de toda a articulação do movimento. "Desde o dia 25 de novembro, diversas entidades sindicais e movimentos sociais estão mobilizados contra o PL 915 e mesmo assim, o governo do estado não aceitou dialogar. Realizamos uma manifestação pacífica, mas que infelizmente não impediu a votação desse projeto, que privatiza o estado de ponta a ponta, principalmente em relação aos serviços de saúde", ressaltou.

Para o deputado estadual Tadeu Veneri o governo poderia ter evitado o impasse com os manifestantes que ocuparam o plenário, se tivesse demonstrado a disposição de discutir a proposta com os vários setores para que expusessem suas posições. "Apelamos várias vezes ao governo para que realizasse uma audiência pública, para que abrisse o debate sobre o projeto. Não obtivemos resposta", ressaltou Veneri.

Senge-PR

bro e já foi colocado na pauta de votação", afirma o manifesto, assinado pelos membros da sociedade civil.